Atribuição da Medalha de Ouro da Ordem dos Advogados, 5 de Maio de 2025 às 14h30

Justiça, Crianças e Direito: Um Compromisso de Vida

Excelentíssima Senhora Bastonária da Ordem dos Advogados, Dr.ª Fernanda de Almeida Pinheiro,

Ilustres Membros da Ordem dos Advogados,

Distintas Autoridades,

Bons Amigos,

Senhoras e Senhores,

É com **muita emoção** e **profunda gratidão** que recebo esta **Medalha de Ouro da Ordem dos Advogados**.

Receber esta distinção de uma instituição tão prestigiada, dedicada à defesa da Justiça e do Direito – valores que sempre foram farol da minha vida –, é, para mim, uma honra que dificilmente consigo expressar por palavras.

A **Ordem dos Advogados**, ao longo da sua história, tem desempenhado um **papel crucial** na salvaguarda do **Estado de Direito** e na procura de uma **justiça** acessível a todos os cidadãos. Os advogados são, como bem sabemos, **servidores da justiça e do direito**, servidores da democracia. E esta homenagem, vinda desta ilustre Ordem, reveste-se de um significado ainda mais especial.

Formada em Direito, a minha vida tem sido dedicada à defesa dos princípios fundamentais da Justiça e do Direito na área social e, em particular, à **defesa dos direitos das Crianças**, através do **Instituto de Apoio à Criança** (IAC). Acredito firmemente que **uma sociedade justa se mede pela forma como protege os seus cidadãos mais vulneráveis**, e as Crianças são, sem dúvida, o expoente máximo dessa vulnerabilidade. Como dizia Nelson Mandela, "a Criança é o projecto mais belo e importante da humanidade".

Recordo, com saudade e emoção, o dia em que o **Prof. João dos Santos** me entregou o manuscrito que viria a ser a semente do IAC: "A caminho de uma utopia… um Instituto da Criança". Uma utopia, como dizia Ernest Bloch, "não é o impossível, mas sim o que ainda não se realizou". E também Gedeão dizia que: "a utopia pode ser uma realidade, quando se proporcionam as condições e, juntos, se ousa dar o primeiro passo".

O objectivo primordial do IAC foi sempre o **desenvolvimento integral da Criança e a defesa intransigente dos seus direitos**. Procurámos, desde o início, promover a defesa dos direitos da Criança na família, na escola e na saúde, mantendo intervenção directa em domínios não cobertos nem pelo Estado, nem por outras entidades.

Com o apoio de **inúmeros profissionais** dedicados – médicos, magistrados, professores, psicólogos, técnicos de serviço social, educadores –, unidos por um profundo amor pelas Crianças, este sonho tem sido realizado, todos os dias, com muito carinho e competência.

Ao longo destes anos, o Instituto da Criança desenvolveu inúmeras iniciativas e alcançou conquistas significativas em diversas áreas:

- O Instituto de Apoio à Criança foi a **primeira instituição em Portugal a denunciar o crime mais monstruoso em relação à Criança**: o crime de maus-tratos e violação das Crianças.

- De imediato, e com grande sensibilidade, por todo o País, criámos o **SOS-Criança** (serviço anónimo e confidencial), que apoiou, já, mais de **150 mil situações** de Crianças em perigo. O seu coordenador, o Dr. Manuel Coutinho, é o actual Presidente do Instituto.

- O serviço **Criança Desaparecida** tornou-se a única instituição portuguesa integrada na Federação Europeia das Crianças Desaparecidas (com o número único europeu: 116 000).

- O **Projecto Rua – Em Família para Crescer**, pioneiro a nível europeu, no tempo do presidente Delors, ofereceu uma nova esperança a Crianças em situação de abandono e exploração.

- A **Humanização dos Serviços de Atendimento à Criança**, através da divulgação da Carta da Criança Hospitalizada, tornou os espaços de saúde mais acolhedores para os mais pequenos.

- O **Apoio Jurídico** tem sido essencial para garantir que os direitos das Crianças são protegidos em situações complexas;

- O **Centro de Estudos e Documentação para a Infância** contribui para a produção de conhecimento e para a reflexão sobre as questões da infância.

- A **Mediação Escolar** e a **Actividade Lúdica** promovem um ambiente escolar mais saudável e o direito fundamental a brincar, apoiando mais de 600 espaços lúdicos por todo o país, em parceria com Câmaras

Municipais e outras instituições. Importa dizer que nem o Ministério da Educação estava sensibilizado para esta temática.

- O **desaparecimento de Crianças**, especialmente as migrantes não acompanhadas – com dados alarmantes divulgados pela Europol e pela UNICEF – exige uma resposta urgente e concertada a nível europeu e mundial.

- Um instrumento fundamental nesta jornada tem sido o ***Guia dos Direitos da Criança***, compilação de toda a legislação existente sobre a Criança, com a coordenação das juristas Ana Perdigão e Ana Pinto.

- Reconhecemos a **importância crucial da formação e da especialização** de todos os profissionais que trabalham com Crianças, incluindo os magistrados;

- Por cumprir está, ainda, um **Plano Nacional para a Prevenção e o Combate à Violência sobre a Criança**, à semelhança do que já existe com a Violência Doméstica.

- Nesta longa caminhada, as **parcerias e colaborações** foram essenciais, com diversos ministérios e outras instituições, o Centro de Estudos Judiciários, a Pediatria Social, os Núcleos de Apoio à Criança

Maltratada, a Câmara Municipal de Lisboa, e tantas outras organizações e particulares que acreditaram e continuam a acreditar no nosso trabalho.

- A aprovação da **Convenção sobre os Direitos da Criança** pelas Nações Unidas em 1989 – 6 anos após a criação do Instituto de Apoio à Criança – representou um marco histórico, reconhecendo a Criança como um **ser autónomo, sujeito de direitos**. No entanto, apesar deste importante avanço, os desafios na protecção dos direitos da Criança continuam a ser muitos e complexos.

- Lembro, aqui, o documento sobre o **"Superior Interesse da Criança"**, entregue na Assembleia da República, ao então presidente, Dr. Jaime Gama, elaborado pela Dra Dulce Rocha, que foi Presidente do IAC. A partir de então, advogados e magistrados empenharam-se mais na protecção do "Superior Interesse da Criança".

Senhores membros da Ordem dos Advogados, a **advocacia desempenha um papel insubstituível na defesa dos direitos humanos**, incluindo, e de forma premente, os direitos das Crianças. A vossa voz, a vossa independência e a vossa competência são **fundamentais para combater as arbitrariedades e**

garantir que a justiça seja uma realidade para todos, especialmente para os mais vulneráveis.

Apelo, nesta ocasião, à Ordem dos Advogados e a cada um dos seus membros para que **continuem a desempenhar um papel activo também na protecção dos direitos da Criança**, promovendo uma justiça mais sensível, mais célere e mais eficaz. Que o **"Superior Interesse da Criança"** seja sempre a bússola a guiar as vossas acções em todos os processos que envolvam os mais pequenos, que nem sempre são respeitados pela Justiça.

Tenho a **firme esperança de que o século XXI**, como dizia o Prof. Torrado da Silva, **seja, finalmente, o Século da Criança**, um século onde os seus direitos sejam plenamente respeitados e onde possam crescer com dignidade, alegria e bem-estar.

Pensando na responsabilidade social que vincula estas nossas importantes organizações da Sociedade Civil – a velha e sempre nova Ordem dos Advogados e o IAC – ousava sugerir que reflectíssemos sobre o interesse em estabelecer um protocolo de colaboração, em que se disponibilizasse a experiência e saber do IAC à Ordem dos Advogados, e que esta disponibilizasse apoio jurídico ao IAC.

Agradeço a **todos** os que, ao longo destes anos, contribuíram com a sua dedicação, o seu talento e o seu empenho para o trabalho do Instituto da Criança.

E, permitam-me uma breve nota pessoal, para expressar a minha imensa gratidão à minha **família** – ao meu marido, aos meus filhos, noras e netos – pelo seu apoio incondicional e pela compreensão das minhas ausências em prol desta causa que é prioritária na minha vida.

Termino reiterando a minha **gratidão à Ordem dos Advogados** por esta honra.

Muito obrigada e votos de continuação do maior sucesso!

Manuela Eanes